

**ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
RESENDE, REALIZADA NO DIA 25 DE
ABRIL DO ANO DE 2007:-----**

Aos vinte e cinco dias do mês de Abril do ano de dois mil e sete, no Salão Nobre dos Paços do Concelho de Resende, reuniu a Assembleia Municipal de Resende, sob a Presidência do Senhor Doutor Manuel Joaquim Garcez Trindade, secretariada pelos membros Senhores Joaquim da Conceição Sousa e Doutor Pedro Manuel Soares Cardoso.-----

HORA DE ABERTURA:- Eram onze horas quando o **Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal** deu início a mais uma sessão comemorativa do aniversário do Vinte e Cinco de Abril. Começou por saudar e agradecer a presença de todas as entidades eclesíásticas, civis e militares, assim como de Sua Excelência o Senhor Presidente da Câmara e Vereadores presentes. Agradeceu e saudou todos os deputados e membros da Assembleia Municipal dizendo que recordar Abril era um dever e uma obrigação de todos os democratas. Passou, de seguida, a palavra ao **Porta-Voz do Grupo Municipal do Partido Social Democrata, Enfermeira Elsa Isabel Ferreira Rodrigues**, que proferiu o discurso que se transcreve: “Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Resende; Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Resende; Exmos. Srs. Vereadores; Exmos. Srs. Presidentes de Junta de Freguesia; Exmos. Membros da Assembleia Municipal; Comunicação Social presente; Exmos. Srs. Convidados; Minhas senhoras e meus senhores;-----
Hoje festejamos 33 anos do dia que mudou o rumo de Portugal. Após 48 anos de um regime totalitário, no dia 25 de Abril de 1974, nasceu a esperança da conquista de um País mais justo, mais equilibrado e economicamente mais próspero. Inúmeras mudanças sociais, económicas e culturais se verificaram nestas 3 décadas. Contudo, urge parar para reflectir e tomar decisões. O orgulho das conquistas do passado não nos podem tornar cegos. Um País que clama por um D. Sebastião num dia de nevoeiro ou o resigmo do lamento de um fado não pode competir com uma Europa com mais desafios e um Mundo globalizado. Verifica-se hoje, no nosso país, o renascimento do fenómeno da emigração de jovens como já não se via há vários anos, o que por si não é um bom indicativo. A falta de oportunidades obriga a que muitos portugueses, que se afirmam por todo o mundo como trabalhadores competentes, abandonem o nosso país. O agravamento das condições de vida, aliado à falta de emprego, provoca em Portugal não só fluxos de emigração, mas também de migração. O encerramento de instituições públicas – motor das economias locais – que se tem verificado nos últimos tempos, vem agravar as assimetrias regionais, o fenómeno de desertificação do interior e provocar no litoral uma concentração de pessoas, para as quais não existe capacidade de absorção. Os políticos que não conseguem perceber que estas mudanças, mais tarde ou mais cedo, provocarão constrangimentos graves num país cada vez mais desequilibrado, terão que prestar contas no futuro pelas opções tomadas. O crescimento económico e a produtividade devem ser as grandes prioridades de Portugal. O celebre ditado popular “em casa onde não há pão todos ralham e ninguém tem razão”, espelha a necessidade urgente da mudança de comportamento das políticas económicas e do trabalho. As pequenas e médias empresas não podem continuar a ser o parente pobre da economia, mantendo-se excluídas do processo de investimento tecnológico do Estado. A propaganda não pode de forma alguma, sobrepor-se à verdade. Seguindo este caminho, estamos, mais uma vez, a fugir às evidências, defraudando as expectativas dos cidadãos. Quando os cidadãos se sentem defraudados pelas elites políticas, passam a confiar menos no sistema político. Portugal tem hoje a lei do trabalho mais rígida de toda a Europa. Em teoria, pouco interessa ter uma legislação que “supostamente” protege os trabalhadores, se, na prática, afasta cada vez mais o investimento estrangeiro de Portugal e, conseqüentemente, a criação de riqueza que contribui para o crescimento Produto Interno Bruto (PIB). Inglaterra tem uma das legislações laborais mais flexíveis da Europa, no entanto,

tem uma das mais baixas taxas de desemprego. Minhas senhoras e meus senhores; O constante adiamento da Reforma do Sistema Político é outro tema que nos deve preocupar. A classe política tem de assumir de uma vez por todas que está na hora de alterar a lei eleitoral autárquica e legislativa. É nossa obrigação, enquanto representantes dos partidos políticos do concelho dar-mos um contributo neste sentido. No futuro, devem ou não, os executivos camarários serem mono partidários? Faz sentido continuarem a existir Vereadores sem pelouro? Deverão os cabeças de lista eleitos escolher as suas equipas, tal como fazem os Primeiros-ministros, ou deverão apenas ser recrutados para o executivo membros eleitos para a Assembleia Municipal? Deve-se, ou não, reforçar os poderes da Assembleia Municipal enquanto órgão fiscalizador da Câmara? Qual o papel dos senhores Presidentes de Junta de Freguesia na Assembleia Municipal? São várias questões importantes que se colocam. É nossa obrigação contribuir para que a reforma possa ser realizada, melhorando o exercício da democracia. Minhas senhoras e meus senhores; Abril trouxe às mulheres portuguesas a possibilidade de participar activamente na construção social do país. A entrada no mercado de trabalho, o ingresso no ensino superior e a conquista de algum espaço no combate político. Passados todos estes anos, muitas portas estão ainda por abrir. A desigualdade nos direitos do trabalho, nomeadamente na diferente remuneração de empregos iguais e no acesso aos lugares de chefia, são evidências às quais não pudemos fechar os olhos. A maioria feminina nas universidades e os excelentes resultados por elas obtidos, não chegam para ocupar lugares de destaque, quase sempre desempenhados por homens. A incoerência do discurso da maioria dos políticos não permite que estas se imponham, porém, continuo a acreditar num sistema meritocrático e não em quotas que a maioria das vezes premeia quem não está apto a prestar um bom trabalho. Numa sociedade ainda dominada por homens milhares de mulheres são obrigadas a serem mães, donas de casa e competir de igual para igual no seu emprego com o sexo masculino. Os medíocres apoios à maternidade e os escassos auxílios às “mães” inseridas no mercado de trabalho representam uma falta de investimento demográfico numa sociedade cada vez mais desequilibrada. Esta factura será paga a médio prazo e será elevadíssima. A violência doméstica é outro fenómeno que nos deveria envergonhar. Transversal a toda a sociedade. A nível local, esta temática aliada à pobreza, ao alcoolismo e à exclusão social, deveria uma prioridade. As quatro paredes de uma casa são um mundo fechado e de difícil acesso, no entanto, não nos podemos acomodar, devemos sim encontrar estratégias para contornar este grave flagelo social. Minhas senhoras e meus senhores; Os jovens portugueses deparam-se hoje com uma Europa aberta onde existe livre circulação de pessoas e bens. Esta Europa sem fronteiras coloca-nos em competição directa com os jovens dos restantes 26 países. Neste confronto, os jovens portugueses encontram-se sempre numa posição desfavorável. Temos um baixo índice de produtividade, uma das mais elevadas taxas de abandono escolar em todos os níveis de ensino, uma das menores taxas de pessoas com formação superior, mas por sua vez temos a mais elevada taxa de desemprego entre os licenciados. As graves dificuldades económicas e os baixos salários fazem com que Portugal tenha uma das menores taxas de natalidade. Apesar destes maus indicadores, Portugal exporta conhecimento científico para outros países o que demonstra que os jovens portugueses são detentores de elevadas potencialidades. Enquanto jovem não me resigno a ficar na cauda da Europa. Com exigência, coragem e determinação, todos os jovens podem dar o seu contributo para um País realmente mais justo, mais equilibrado, economicamente mais próspero, ou seja mais Europeu. Viva o 25 de Abril! Viva Portugal!.”-----

De seguida o Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao **Porta-Voz do Grupo Municipal do Partido Socialista, Professora Fátima Maria da Rocha Soares de Matos**, que proferiu o seguinte discurso: “Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Resende; Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal; Exmos. Srs. Vereadores; Exmos. Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia; Exmos. Srs. Membros da Assembleia Municipal; Exmos. Srs. Representantes das Entidades Públicas, Privadas e

Religiosas; Exmas. Senhoras e Senhores.-----

“ A “Revolução dos Cravos” que se iniciou em Abril de 1974 é sempre festejada com emoção e solenidade, por todos os que acreditam nos valores da democracia, da igualdade e da fraternidade, os quais se constituem como princípios subjacentes à afirmação dos direitos humanos universais. Se para os mais novos este dia se constitui hoje, como sendo apenas memória, para muitos de nós ele foi também vivência e é neste misto que recordo com júbilo a tomada do poder pelas Forças Armadas, pois tendo crescido influenciada pelas ideias republicanas e democráticas do meu avô, um homem de Resende, apoiante insuspeito do General Humberto Delgado, fui-me apercebendo das injustiças e desigualdades que se viviam neste país. A grilheta que impedia as manifestações de opinião diversa, que aprofundava o isolamento cultural e político do povo e reforçava as condições miseráveis do país rural e operário, sem acesso à educação, saúde e igualdade de oportunidades, foi quebrada pela coragem dos que ousaram acreditar que era possível transformar o país, num estado moderno e democrático. Todos eles, sem excepção, jamais poderão ser esquecidos. Antes de 74, vivíamos num concelho absolutamente isolado, pobre, analfabeto e sujeito às maiores privações. Era esta realidade que se vivia, era esta realidade que se aceitava. Passados que são 33 anos o que é que mudou? Mudou a consciência colectiva e individual que cada um pôde construir sobre a sua própria vivência e surgiu o imperativo da erradicação de fenómenos como a pobreza, a exclusão social, a violência doméstica, os maus-tratos e sobretudo o trabalho infantil. Lembram-se como ainda até há pouco tempo, convivíamos naturalmente com estas realidades? O principal sentido da democracia são as pessoas e o que distingue a esquerda da direita, é a forma como são definidas as políticas relativamente às pessoas: as políticas de educação e as políticas sociais. Só com a generalização da educação e da formação ao longo da vida, a igualdade de oportunidades e a protecção social, será possível caminhar para uma sociedade mais justa, democrática, criativa e sustentável. Neste pressuposto, em Resende, em articulação com as medidas governamentais, encetámos novos caminhos, através dos quais pretendemos gerar um impacto positivo na qualificação da escola pública e na melhoria do sistema de ensino. Se até há pouco tempo éramos conhecidos a nível nacional pelas cifras negras do analfabetismo, insucesso e abandono escolar, e sendo tal situação contrária ao ideário da democracia, compreende-se então a adopção de soluções, que correndo o risco de suscitar polémicas, pretendem tão somente o reforço do exercício da cidadania plena e aqui incluímos: · Escola a tempo inteiro, com a generalização do acesso às actividades de enriquecimento curricular – Inglês, Música, Actividade Física e Desportiva e Estudo Acompanhado. · Generalização do fornecimento de refeições aos alunos do 1º ciclo e do pré-escolar. · Homologação da Carta Educativa de Resende, possibilitando a renovação do parque escolar e acesso a instrumentos financeiros disponíveis para as autarquias. · Racionalização da rede escolar, com o encerramento de escolas e jardins de pequena dimensão, propensas a uma incidência maior de insucesso escolar e respectiva integração em centros escolares, prevendo-se a primeira inauguração deste tipo de equipamento, no início de próximo ano lectivo. · Transporte escolar para os alunos do 1º ciclo e pré-escolar afectados pelo encerramento da escola. · Reedição do programa de formação contínua em matemática, acompanhando docentes em formação e as escolas onde leccionam. · Planos de acção para a matemática, instituídos para reverter o insucesso nesta disciplina. · Alargamento da formação ao Português, ao ensino experimental e às tecnologias de informação e comunicação. · Plano Nacional de Leitura, com o objectivo de elevar o número de leitores para que a médio prazo possamos igualar os nossos parceiros da união europeia. · Reforço das Comissões de Crianças e Jovens em Risco, com envolvimento de cada vez mais profissionais. · Criação de cursos profissionais na escola secundária, aproveitando os seus recursos físicos e humanos. · Criação de cursos de educação e formação, chamando às escolas inúmeros jovens que se encontravam em situação de abandono escolar e sem ocupação estruturada. · Aprovação do Programa Escolhas 3ª Geração – denominado “Educar e Qualificar”, dirigido a crianças e jovens com

especiais dificuldades na aprendizagem. Procuramos com isto incentivar e valorizar o reforço da atitude ética cada indivíduo perante a vida e os seus concidadãos, o espírito de solidariedade, de equidade, de tolerância, dos deveres sociais e uma disposição positiva para o trabalho em equipa e para a procura da excelência. Há ainda muito de Abril por cumprir, mas tenho esperança que continuaremos todos juntos a tentar cumpri-lo e consegui-lo. Viva o 25 de Abril. Tenho dito!”.-----

O Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia passou, de seguida, a palavra ao **Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Senhor António Silvano Moura** que proferiu o seguinte discurso que se transcreve: “Senhor Presidente da Assembleia Municipal; Senhor Presidente da Câmara Municipal; Senhores Vereadores; Senhores Membros da Assembleia; Minhas Senhoras e meus Senhores,-----

Quando resolvi escrever esta minha intervenção, pensei se a mesma devia ser de cariz tradicional comemorativa do 25 de Abril, correndo o risco de ser repetitiva com outras proferidas, ou se, pelo contrário, devia ser uma intervenção de âmbito concelhio, de palavras directas e simples, com referência a casos e a momentos que tiveram influência na vida do nosso concelho. Optei pela segunda que terá como objectivo “abandar” os jovens que não viveram o 25 de Abril de 1974, nascidos um pouco antes e após esta data, como é o caso de alguns dos aqui presentes e “recordar” aos mais antigos factos e acontecimentos ocorridos, mesmo os de natureza política, e que de certa maneira marcaram o dia a dia deste concelho de Resende, antes e depois da Revolução. Não falarei de outros casos e episódios, que um dia a história da revolução em Resende se encarregará de relatar, contada por quem a viveu de perto. Ainda na década de 60 e nos princípios da década de 70, o país vivia uma feroz ditadura, de censura, cheia de medos e preconceitos e sem igualdade de oportunidades, onde a lei do mais forte imperava sobre o mais fraco. As mulheres não podiam votar, mesmo nas eleições para os órgãos sociais de associações ou clubes. O decreto-lei 19.694 de 5 de Maio de 1931, permitia que as mulheres votassem para as juntas de freguesia ou câmaras municipais, mas só aquelas que eram chefes de família, ou seja, as viúvas, divorciadas, separadas de pessoas e bens, com família própria e aquelas que fossem casadas mas que os maridos estivessem no estrangeiro ou nas colónias. Não obstante só o podiam as mulheres que tivessem completado o ensino secundário ou fossem titulares de um curso superior com certificado. Ora, como não havia eleições para as juntas de freguesia ou câmaras municipais, porque eram de nomeação pelas estruturas do estado novo, logo as mulheres não tinham direito a voto. As mulheres casadas não podiam deslocar-se ao estrangeiro sem autorização assinada pelo marido e as senhoras professoras não podiam casar-se, sem que os futuros maridos fizessem prova notarial de terem rendimentos suficientes e equivalentes aos por elas auferidos. Resende não tinha um retrato diferente do resto do país. Era um concelho essencialmente rural e atrasado. Com taxa elevada de analfabetismo, pobre, desigual, triste e acima de tudo envergonhado. Sem vias de comunicação entre algumas freguesias. Sem água e electricidade em muitos dos seus povos e com a rede de saneamento reduzida à sede. As habitações não satisfaziam as necessidades básicas. As condições de vida eram degradantes. A tuberculose invadia os sectores mais pobres da população, com recurso frequente a internamento em instituições de isolamento. A taxa de mortalidade infantil era elevadíssima, das mais altas do país. Quem dos mais antigos não se lembra dos inúmeros funerais de crianças? Na área social, a solidariedade era feita pela esmola alheia. A 6ªFeira estava instituída “dia dos pobres” e nesse dia, em grupo, descalços e rotos, batiam à porta dos mais abastados, recebendo uma malga de sopa ou um naco de pão. Hoje à distância de todos estes anos ficamos chocados e julgamos ser impossível semelhante cenário. Mas não era!... Na saúde a assistência médica era feita pelo Hospital da Misericórdia em condições muito deficientes, com um reduzido corpo médico e sem pessoal de enfermagem diplomado. Os meios de assistência adequados não existiam. O hospital sobrevivia à custa de donativos e sobretudo do cortejo de oferendas que anualmente era realizado. Os direitos, liberdades e

garantias estavam-nos vedados . Não se falava dos casos que ensombravam o país, mesmo em grupo restrito de amigos, sem olhar se havia alguém suspeito por perto. Desconfiava-se de tudo e de todos, até da própria sombra. Mas havia uma figura”típica” local que era excepção. Quem dos antigos não se lembra do “António Moneco” que a pedido, simulando um estado de embriaguez, subia ao coreto do Jardim para aí, em discurso eloquente, de língua afiada e mordaz criticar e desancar nas estruturas locais, colocando a nu comportamentos e atitudes pouco abonatórios de pessoas e instituições. A nível da educação a taxa da analfabetismo era altíssima. Ter a 4ª classe era um privilégio de poucos. Contava-se pelos dedos das mãos o número de licenciados do concelho. Só os filhos das pessoas com posses podiam deslocar-se para as cidades e aí realizarem os estudos. No entanto, cabe aqui referir o papel importantíssimo dos seminários, nomeadamente do nosso seminário de Resende, onde filhos de pessoas como menos recursos obtinham um maior grau de instrução. Na falta de escola profissional, as repartições públicas locais davam formação e prática administrativa a muitos jovens de Resende, destacando-se o Cartório Notarial, onde pelas mãos de dois sapientes mestres, alguns foram preparados para a vida futura como profissionais e como homens. Por mim e pelos outros, publicamente, declaramo-nos eternamente reconhecidos e gratos. Em 1963 foi fundado, na casa grande de Massas, o Externato D. Afonso Henriques, tendo o Senhor Padre Adelino Teixeira como primeiro Director, que abriu as portas do ensino secundário, embora à data não gratuito, a jovens de Resende e à sua formação, educação e qualificação, sem terem necessidade de saírem da sua terra. E a guerra colonial? Foi um flagelo que martirizou também a juventude de Resende. Inúmeros foram os jovens que partiram para as então-colónias ultramarinas. A angústia vivia permanentemente nos corações de pais e mães de militares em combate, sempre à espera de a qualquer momento receberem a pior noticia. De Resende foram 24 os jovens que lá morreram. Outros ficaram inutilizados e ainda outros hoje sofrem de “sequelas” provocadas pelo isolamento e por atitudes de combate assumidas num cenário de guerra. Com o agravamento das dificuldades económicas do país, um número sem conta de portugueses emigrou para o estrangeiro, principalmente para a França e para a Alemanha, vivendo ali muitas das vezes em condições sub-humanas. senhoras e senhores: Tudo isto foi provocando o desgaste e o descontentamento do país, enfraquecendo o regime. e foi então que um valoroso e heróico grupo de militares resolveu tomar o poder na madrugada de 25 de abril de 1974, com o objectivo de cumprir os três Ds: Descolonizar, Democratizar e Desenvolver. Resende recebeu com alguma desconfiança e sem grandes euforias as noticias difundidas pela rádio e pela televisão, sobre o que estava a passar-se na capital. A população foi acompanhando os acontecimentos e só no dia 1 de Maio seguinte, aí sim, saiu à rua em peso e comemorou em festa a chegada da liberdade. Nos dias imediatos um movimento democrático, constituído por várias pessoas da sociedade resendense, em reuniões concorridas e participadas. Discutiu o futuro do nosso concelho e escolheu aqueles que haviam de gerir os destinos da Câmara e das Juntas de Freguesia até à realização das primeiras eleições autárquicas. Logo nessas reuniões foram evidentes as várias sensibilidades dos participantes, uns adeptos de soluções mais radicais, sedentos de vingança, e outros adeptos de medidas mais moderadas. Valeu o bom senso de pessoas respeitadas e de influência no meio. Tempos difíceis vieram a seguir, manifestações, contra-manifestações, sessões de esclarecimento e comícios bastante tumultuosos na Casa do Povo, com discussões ideológicas profundas, que deixou feridas entre amigos e familiares, que só o tempo conseguiu cicatrizar. Começava a desenhar-se uma ditadura de sentido contrário à que existia antes do 25 de Abril e o Verão de 75, conhecido por “Verão Quente”, foi o período mais complicado também em Resende. Nas estruturas dos serviços distritais, que superintendiam nas estruturas concelhias, foram colocados agentes políticos mal preparados que tudo exigiam e decidiam, provocando um mau estar geral. Neste período conturbado em todo o país, Mário Soares assumiu a frente da contestação e da oposição (quem não se lembra do comício da Fonte Luminosa de Lisboa, que juntou 500.000 manifestantes). Conseguiu sustentar o avanço de

um ditadura de nova roupagem e, por isso, terá de ser sempre considerado, legitimamente, o pai da liberdade. E, assim, Felizmente chegou o 25 de Novembro e com ele o início da normalidade desejada, com reposição do verdadeiro espírito do 25 de Abril. Mas enganem-se aqueles que pensam que não esteve eminente uma guerra civil, mesmo em Resende. Sei do que estou a falar...outros sabem-no também ... A 12 de Dezembro de 1976 realizaram-se as primeiras eleições autárquicas. Em Resende, O PS, com Zeca Silva candidato à Câmara, perdeu para o PSD apenas por 244 votos. A vitória do PS esteve por um trís e só não aconteceu porque falhou na freguesia de Paus a estratégia de bloco central, concertada num dia a altas horas da madrugada. O PS ainda tentou uma acção judicial, para reverter a vitória a seu favor, baseado em razões que agora à distância não interessa relatar. Mas altas influências se levantaram e o que parecia precedente tornou-se improcedente. Em resultado destas eleições os órgãos autárquicos entraram em exercício. Neste salão nobre a assembleia municipal funcionou sempre sob a égide da discussão profunda, opondo-se ideologias, com adversidade, mas dentro do maior respeito e de forma leal. Os seus membros preparavam-se e estudavam com consciência e saber os processos. Discutiam-nos com carácter e muita seriedade, sem recurso à política rasteira e à desinformação nunca utilizando a mentira e a calúnia, tendo como fonte de informação ou informadora o anonimato. Nos tempos seguintes em campanhas eleitorais legislativas altas figuras da vida política portuguesa, entre outros, Mário Soares, Almeida Santos, pelo PS e Sá Carneiro, Adelino Amaro da Costa e Ribeiro Teles pela AD, visitaram Resende em alturas diferentes. Apesar das visitas acontecerem em dias de trabalho, as ruas da vila encheram-se de gente vinda das mais diversas localidades do concelho, para os receber e saudar em euforia. O povo via os políticos como pessoas capazes de resolverem os seus legítimos anseios e considerava-os “Políticos de Palavra de Honra”. Resendenses: Passados 25 anos da realização das primeiras eleições autárquicas, em 16 de Dezembro de 2001 o eleitorado de Resende depositou na equipa liderada pelo Engenheiro António Borges, a oportunidade e a confiança para governar os destinos de Resende. Dizer que, finalmente, chegou o 25 de Abril a Resende seria injusto para algumas pessoas que, apesar de tudo, a espaços e em certas circunstâncias tiveram realizações dignas de registo para a vida do concelho. Como tal devem merecer, pelo seu percurso, o respeito de quem está na política de boa fé. O que houve foi, de facto, a mudança de uma governação autárquica, já cansada e esgotada, sem ideias nem projectos, para um nova governação, a quem o povo confiou os destinos, de horizontes mais abertos, com visão de futuro, moderna e audaz, chefiada por um timoneiro, competente, persistente e às vezes, desculpe-me senhor Presidente da Câmara, teimoso, e porque não dizer, atrevido, em perseguir para o concelho a realização de projectos que até os menos cépticos pensavam irrealizáveis. Governação essa a que pode comparar-se, embora numa outra escala, a de Rebelo Moniz que, há muitos anos atrás, transformou o lugar de S. Gens na Vila de Resende e aqui concentrou, construindo o edifício dos Paços do Concelho, o Hospital, o jardim público, a feira e a Avenida que ainda hoje demonstra a visão larga do seu autor. Minhas senhoras e meus senhores Iniciou-se uma nova era para Resende e para a sua Câmara Municipal, com a criação imediata de serviços de qualidade e de proximidade ao cidadão. Com projectos, com obras, com realizações e eventos, tendo nestes como ponto forte a Festa da Cereja. Altas individualidades da vida Política do Governo da República Portuguesa, independentemente do seu Quadrante Político, visitam Resende. Colocam, pelos bons motivos, o nosso concelho na comunicação social, que passou a estar na moda e a ser referência e exemplo para outros concelhos da região... e não só! É extenso o rol de obras executadas, que compõem a rede de equipamentos do concelho e que escusado será elencá-las por demais conhecidas que são e que devem constituir o orgulho de todos os resendenses. Alguns teimam em não querer vê-las, mas sentem-nas e porque as sentem tentam, de quando em vez, arranjar-lhes um outro pai. Descansem esses, porque as obras não são filhas de mãe solteira nem de pai incógnito. Têm pai e não há processo de regulação de poder paternal que lhe retire a legitimidade de pai

biológico. Caros conterrâneos A estas obras há ainda que juntar o recente negócio do parque eólico, que constitui uma “reserva” financeira para, quando for caso disso, ser usada na concretização de algo tão importante que muitos considerariam impensável, mas que o Senhor Presidente da Câmara tem em mente com certeza. Neste momento a Câmara e o seu Presidente estão a preparar o lançamento de novos projectos para outras obras consideradas importantíssimas e estruturantes para o completo desenvolvimento e coesão territorial do concelho. Algumas delas de aspiração bem antiga dos resendenses. Mas, ao mesmo tempo, não deixará de preocupar-se com matérias tão relevantes como a captação de investimentos, a educação, a cultura, o desporto, o lazer e a saúde e em especial com a acção social, na protecção dos sectores mais carenciados da população, no combate ao abandono escolar e à exclusão social, incentivando programas direccionados às crianças e jovens em risco e no apoio à integração das pessoas portadoras de deficiência. Caminha-se, caminhando... e Resende vai continuar a “Andar prá frente” com passos ousados e decisivos, mas seguros e firmes, na direcção de um concelho moderno e equipado, de um concelho sem carências e com alta qualidade de vida, onde dará gosto viver. para terminar e em ano de comemorações do trigésimo aniversário do poder local democrático, os resendenses, sem excepção, têm razões para terem orgulho no presente e no passado recente. Também terão razões suficientes para virem a ter orgulho do futuro, quando o futuro for para eles o presente e o passado. E, então, logo poderemos concluir que valeu a pena o 25 de abril.”-----

O Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção do Senhor Vice-Presidente.-----

Por fim, o Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Resende, deu por encerrada a sessão extraordinária do trigésimo terceiro aniversário do Vinte e Cinco de Abril.-----

E eu, _____, Chefe de Divisão de Gestão Administrativa, dos Assuntos Culturais e Desportivos da Câmara Municipal, a subscrevi e assino.-----

